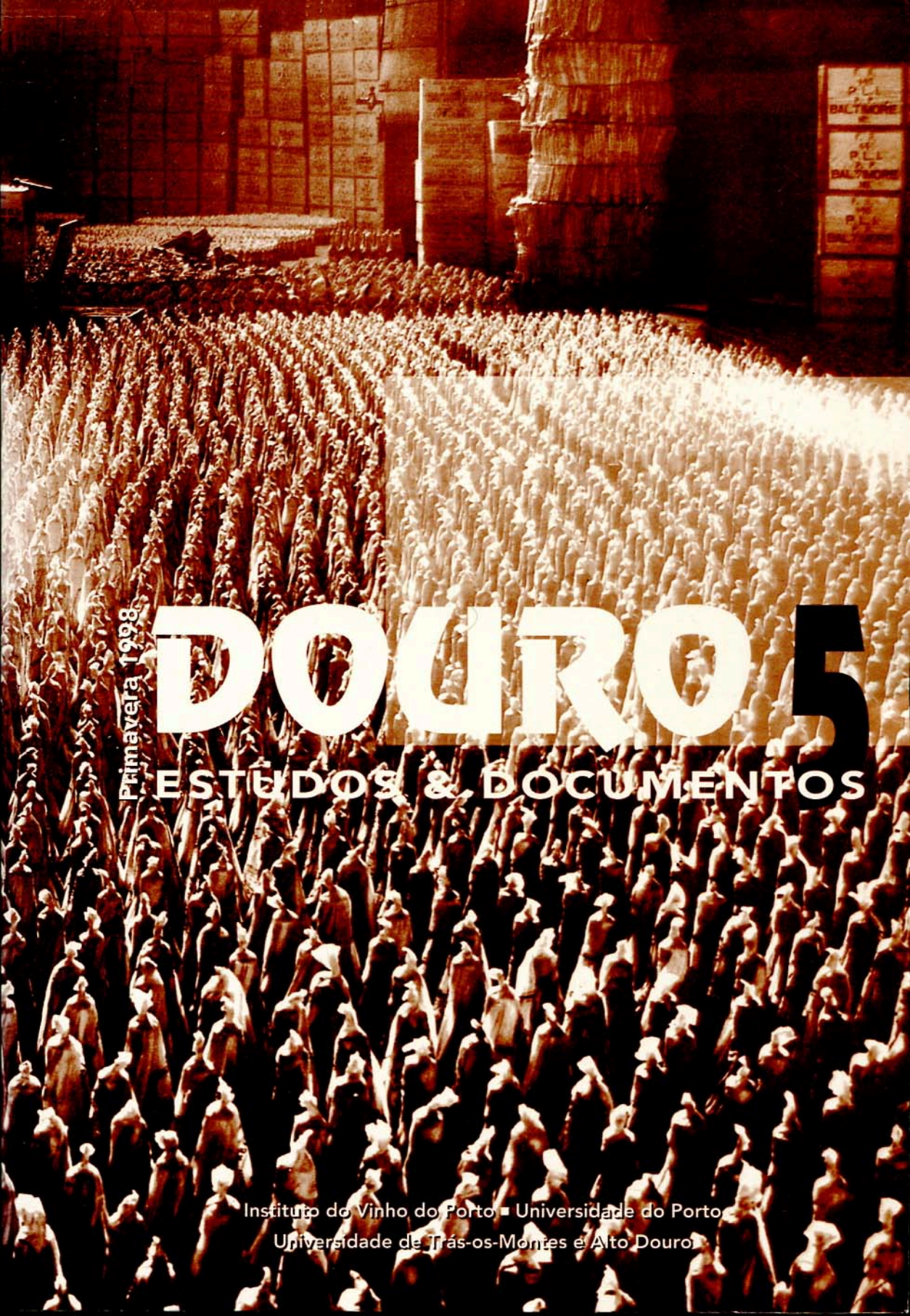




Primavera 1998

DOURO

ESTADOS & DOCUMENTOS

Instituto do Vinho do Porto ■ Universidade do Porto
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

DIRECÇÃO:

Armando Pimentel (Presidente do Instituto do Vinho do Porto)

Alberto Amaral (Reitor da Universidade do Porto)

José Manuel Gaspar Torres Pereira (Reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)

COORDENADOR:

Gaspar Martins Pereira (Coordenador do Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto/FLUP)

CONSELHO DE REDACÇÃO:

António Barreto (Instituto de Ciências Sociais/Universidade de Lisboa)

António Vilela de Matos (Pró-Reitor da Univ. de Trás-os-Montes e Alto Douro/Documentação e Extensão)

Arlete Mendes Faia (Depart. de Indústrias Agro-alimentares/Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)

Aurélio Araújo de Oliveira (História Moderna/Faculdade de Letras da Universidade do Porto)

Carlos Alberto Brochado de Almeida (Arqueologia/Faculdade de Letras da Universidade do Porto)

Carlos Melo Brito (Faculdade de Economia/Universidade do Porto)

Francisco Ferreira Monteiro (Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar)

Conceição Andrade Martins (Instituto de Ciências Sociais/Universidade de Lisboa)

Fernando Bianchi de Aguiar (Departamento de Fitotecnia e Eng. Rural/Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)

Francisco Ribeiro da Silva (História Moderna/Faculdade de Letras da Universidade do Porto)

François Guichard (Universidade de Bordéus III/Centro de Estudos Norte de Portugal-Aquitânia)

Jean Lave (Social & Cultural Studies/Universidade da Califórnia - Berkeley)

João Rebelo (Departamento de Economia e Sociologia/Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)

José Portela (Departamento de Economia e Sociologia/Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)

Luís Miguel Duarte (História Medieval/Faculdade de Letras da Universidade do Porto)

Norman R. Bennett (Departamento de História/Universidade de Boston)

Nuno Pizarro de Magalhães (Depart. de Fitotecnia e Eng. Rural/Univ. de Trás-os-Montes e Alto Douro)

Vital Moreira (Faculdade de Direito/Universidade de Coimbra)

SECRETARIADO:

Paula Montes Leal, Natália Fauvelle da Costa e Adelaide Gil

PROPRIEDADE:

Instituto do Vinho do Porto ■ Universidade do Porto ■ Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

EDIÇÃO:

GEHVID – Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto

Faculdade de Letras da Universidade do Porto ■ Apartado 55038 ■ 4150 PORTO Codex – PORTUGAL

Telefone e fax.: (02) 6077156 ■ E-mail: gehvid@letras.up.pt

Fotografia da capa: «Encaixotamento do vinho do Porto». Foto Alvão, ca. 1940. Arquivo do Instituto do Vinho do Porto.

Composição: Edições Afrontamento

Impressão e Acabamento: Rainho & Neves, Lda.

Assinatura anual (2 números):

Instituições: 4000\$00; **Individuais:** 3500\$00

Preço deste número: 3000\$00

Tiragem: 1200 exemplares

Depósito Legal: 98629/96

ISSN: 0873-3899

© Direitos reservados, de acordo com a legislação em vigor.

Todos os artigos são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Por lapso, no número anterior, não foi mencionado o nome do tradutor do texto «O vinho do Porto na diplomacia anglo-portuguesa durante o século XIX», de Norman R. Bennett. Apresentamos, assim, as nossas desculpas ao Dr. José Álvaro Monteiro da Costa que fez a referida tradução.

SUMÁRIO

Editorial 7

Estudos

- Elementos para o estudo da ocupação romana no Alto Douro:
bacia hidrográfica dos rios Varosa e Balsemão 11
Ricardo Teixeira

- As legiões romanas no vale do Douro na época de Augusto
e da dinastia Júlio-Cláudia (31 a. C. – 68 d. C.) 29
Julio Rodríguez González

- «Por ser de sua lavra e cutelo»: questões entre o Porto e o mosteiro de Ancede
relativas à venda de vinhos na Idade Média 49
Amândio Jorge Morais Barros

- O vinho e o estatuto de vizinhança de alguns abades do bispado do Porto,
ou de como do facto económico se passa à história política 89
Margarida Garcez Ventura

- A alfândega de Freixo de Espada-à-Cinta em 1517 95
Paula Maria de C. Pinto Costa ■ Júlia Isabel C. Campos Alves de Castro

- O motim de Murça de 1587 109
Aurélio de Oliveira

- O Douro: estrada fluvial nos alvares do século XVIII 117
António M. de Barros Cardoso

- Comércio e comerciantes britânicos no Porto na primeira metade do século XIX 133
Jorge Martins Ribeiro

Documentos

- Instruções para a cultura das vinhas e para o fabrico do vinho nas quintas
de João Paçeco Pereira, antes da instituição da Companhia 161
Gaspar Martins Pereira ■ Natália Fauvelle da Costa

Outros vinhos

- O comércio dos vinhos Málaga no século XX: antes e depois da criação
do Conselho Regulador da Denominação de Origem 179
Elena Ruiz Romero de la Cruz

Relatórios e notas de pesquisa

- Os vestígios alto-medievais de Muimentos (Fonte Longa – Meda) 201
Carlos A. Brochado de Almeida ■ Luís Jorge S. Guedes da Silva

- Povoamento e morte na paisagem de Areola (Meda): subsídios para uma diacronia da ocupação 211
Pedro Baère de Faria ■ João Viana Antunes

- Aspectos da História Antiga de Longroiva 220
João Viana Antunes ■ Pedro Baère de Faria ■ Pedro Brochado de Almeida

- Ranhados (Meda): a diversidade das permanências humanas evidenciada
pela prospecção arqueológica 225
João Viana Antunes ■ Pedro Brochado de Almeida

- Casteição, núcleo sepulcral de «Mosteiros» 230
Pedro Baère de Faria ■ Cláudio Laranjeira Brochado

- Subsídios histórico-arqueológicos para um inventário da freguesia de Pai Penela (Meda) 238
Maria José Ferreira dos Santos ■ Sandra Raquel Rodrigues

Notícias 252

Agenda 264

João Viana Antunes *
Pedro Miguel D. Brochado de Almeida **

Ranhados (Meda): a diversidade das permanências humanas evidenciada pela prospeção arqueológica

A Quinta de S. Pedro (antiga Quinta de N.º Sr.º do Campo) é uma extensa propriedade agrícola inserida numa ampla chã semeada de campos de trigo e de aveia, pontuados de pomares de macieiras, cerejeiras e pereiras. Trata-se de uma zona de Ranhados caracterizada por uma relativa humidade, causada pela presença de algumas linhas de água que sulcam a área e que são responsáveis pela autonomia das culturas que aí germinam (Fig. 1).

Na orla da propriedade, pertença do Sr. António Nascimento, morador em Ranhados, salienta-se a pequena capela datada de 1910 e erguida num amplo adro murado, onde foi encontrada e recolhida pedra facetada proveniente de construções romanas ou tardo-romanas. Aliás, nos campos das imediações, abundam os fragmentos de *tegulae*, de cerâmica tardo-romana e de *dolia*, uma pia cavada num bloco de granito (Foto 1) sugestivos de uma ocupação que, a não pertencerem a um povoado, poderão bem ser vestígios de uma *villa* rústica que aqui terá existido nos últimos tempos do Império Romano.

Se houve ou não uma continuidade, uma permanência ocupacional da área, tal não foi possível averiguar, contudo, cavada num penedo da quinta, há uma sepultura de formato antropomórfico (Fig. 2 e Foto 2) que não esconde a sua filiação no câmbio do primeiro milénio¹. As suas dimensões, definidas no granito, são as que se seguem:

Comprimento: 1,82m

Largura de ombros: 0,48m

■ Arqueólogo. Investigador do GEHVID.

** Aluno da licenciatura em História, variante Arqueologia da FLUP.

1 BARROCA, Mário Jorge – *Necrópoles e Sepulturas Medievais de Entre-Douro-e-Minho (Séculos V a XV)*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1987, policopiado.

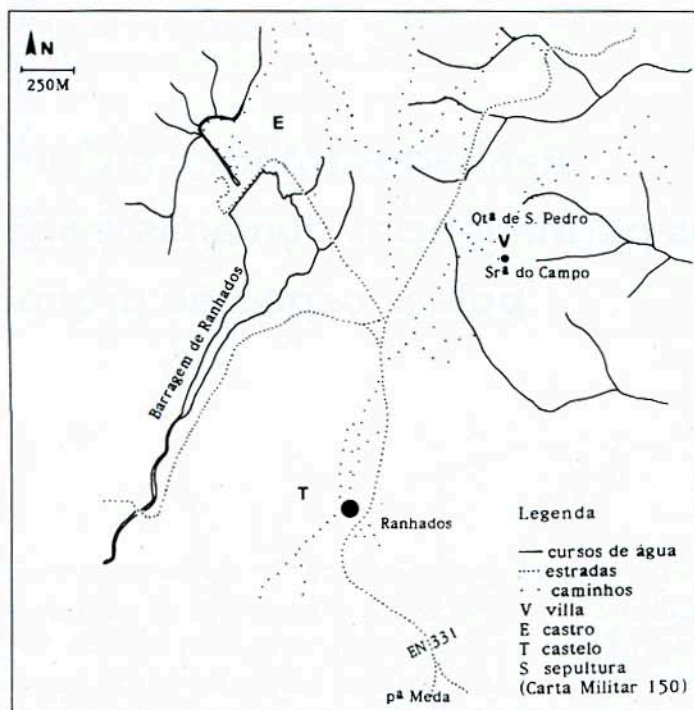


Fig. 1

Larguras dos pés: 0,30m

Profundidade média: 0,24m

Possui um rebordo à altura da cabeceira onde assentava a respectiva tampa e apresenta a orientação N-NE/S-SO. Este exemplar agora detectado, que se encontra em bom estado de conservação, pode ser um dos testemunhos que apontam para uma tradição de povoamento na área, embora neste momento, seja prematuro aventarem-se quaisquer hipóteses sobre o tipo de propriedade e o habitat que a administrou a partir da centúria de Oitocentos.

É igualmente em Ranhados que está situado o conhecido Castro de S. Jurjo, um clássico *habitat* da Idade do Ferro, com bons sintomas de romanização, a pontos de ter vindo a ser considerado como a possível capital dos Meidobrigenses², onde os vestígios arqueológicos abundam, espalhados um pouco por todo o cabeço coroadado por uma imponente penedia (Foto 3). Limitado a Nascente por uma pequena ribeira, o sector habitacional encontrava-se voltado ao *habitat* da Quinta de S. Pedro e à actual povoação de Ranhados, descendo em patamares artificiais até à base, marginando a ribeira. Está, actualmente, alterado pelo terra-

² RODRIGUES, Adriano Vasco – *Terras da Meda. Natureza e Cultura*. Meda, 1983, p. 56-57; ALARCÃO, Jorge de – *Roman Portugal*. Vol. II, p. 54, 4/58.

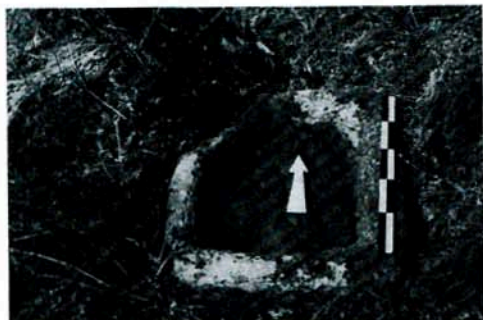


Foto 1



Foto 2

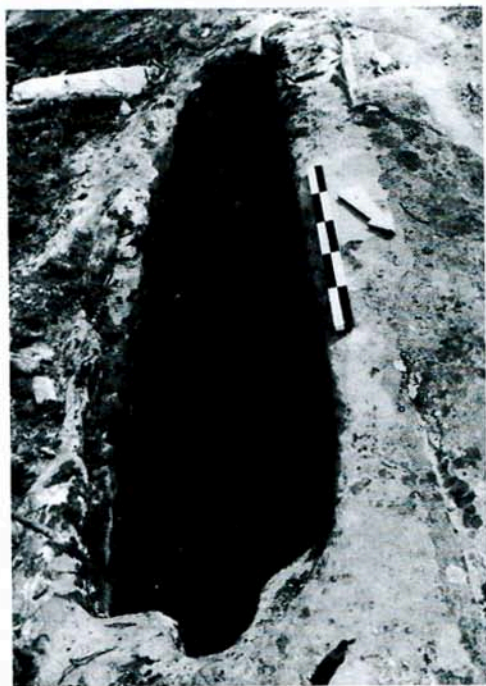


Foto 3



Foto 4

pleno das obras destinadas à construção das casas – hoje abandonadas e destelhadas – para os trabalhadores que ergueram uma pequena barragem para aproveitamento da linha de água.

Esta povoação castreja dispunha de um sistema defensivo que atesta não só o tipicismo do *habitat*, mas também a sua importância e prestígio. Teria duas ou mesmo três ordens de muralhas, com fosso a Nascente e o que parece tratar-se de um torreão rectangular, no topo da acrópole. A ser verdade, este último vestígio, actualmente ao nível dos alicerces, aumentaria a visibilidade e a possibilidade de controlo do território envolvente, em especial para o lado de Ranhados

(Nascente). O espólio de superfície remete-nos para uma área intensamente aproveitada, onde não faltariam recursos económicos, uma vez que, espalhados pelos socos, abundam a pedra aparelhada, os cossoiros, a cerâmica castreja e comum de época romana, a par com alguns fragmentos de bronze – onde se inclui uma fíbula – e escória de ferro, aos quais se poderá juntar uma moeda com o busto de Helena³, mulher que foi de Constâncio Cloro.

Este povoado romanizado terá beneficiado dos bons solos agrícolas que se encontravam a Nascente e Sul e da água que corria na ribeira que lhe corria no sopé. A insolação, bem como a fecundidade garantida pelas águas, proporcionariam recursos alimentares capazes de sustentarem uma população de relativa importância.

A presença romana em Ranhados não se esgota no *habitat* da Quinta de S. Pedro e no Castro de S. Jurjo, pois em Alcarva, numa área de campos de centeio e trigo, algum milho, pouca vinha e uma zona de castanheiros, encontra-se um outro *habitat* romano, cujo ponto de cota mais elevado dá pelo nome de «Chão de Santos».

Trata-se de um pequeno morro todo alterado pelas redimensionações agrícolas que se foram sucedendo e que, infelizmente, destruíram o povoado. A *vox populi*, à semelhança de outros locais no Alto Douro, atribui a mudança da «aldeia» a um violento ataque de formigas destruidoras que, imparáveis na sua faina, não poupavam as crianças de berço.

À superfície foi possível detectar e recolher muitas *tegulae*, um sem número de fragmentos de *dolia*, bem como mós manuais, à mistura com bastante granito e xisto-grauvaque facetados, oriundos de uma ou mais construções.

O material detectado no trabalho de campo efectuado na área do povoado remete para uma datação tardia de época romana, onde o sistema de exploração agrícola fazia parte do quotidiano da população, proporcionando o armazenamento e conservação dos excedentes cerealíferos e, porventura, vinícolas.

É ainda na povoação de Alcarva (Ranhados) que se encontra, encostada a uma parede, uma sepultura antropomórfica, monolítica, embora já algo deteriorada pelo seu aproveitamento como pia, apresentando os bordos desgastados pelo polimento de ferramentas no granito (Foto 4). Evidenciando o já característico furo no fundo, aos pés, possui as seguintes medidas:

Comprimento: 1,97m

Largura de ombros: 0,44m

Largura de pés: 0,31m

Profundidade média: 0,26m

³ SIÃO, José – *A Vila da Meda e o seu concelho*. Meda, 1996, p. 214-215.

Estas breves notas sobre os vestígios arqueológicos mais em foco na área da actual freguesia de Ranhados, ficariam incompletas se não fizessemos uma referência, mesmo que breve, ao castelo que encima a colina mais próxima da povoação.

Muito destruído – subsistem somente alguns panos de muralha que definiam o espaço do cemitério local – não deixa, todavia, de ser um imóvel classificado, mas não, certamente, o sucessor de um velho Castro da Idade do Ferro, como alguns têm defendido⁴. Apesar de termos observado com certo cuidado a parte alta da colina e mesmo as vertentes voltadas à aldeia, não conseguimos encontrar a tegula e a cerâmica que costuma aparecer nos povoados castrejos⁵. Castelo foi, à imagem do de Penedono, Longroiva, Moreira de Rei e Trancoso, só para referir os mais próximos. Castro e para mais romanizado, é que temos sérias dúvidas que o tenha alguma vez sido, tanto mais que, bem próximo, se encontrava o Castro de S. Jurjo, esse sim com vestígios mais que evidentes. Foi, certamente, a partir dele que se iniciou o aproveitamento dos solos em redor do castro e mesmo mais longe – Alcarva e Quinta de S. Pedro – onde, em ambos os casos, há terrenos agrícolas de boa qualidade. Capital ou não dos meidobrigenses⁶, o que não temos dúvidas é que a romanização destes sítios se pode considerar extremamente positiva e que foi a partir do Castro de S. Jurjo que ela se iniciou. Por outras palavras, ele pode e deve ser considerado como o antepassado comum a Ranhados e à sua aldeia de Alcarva.

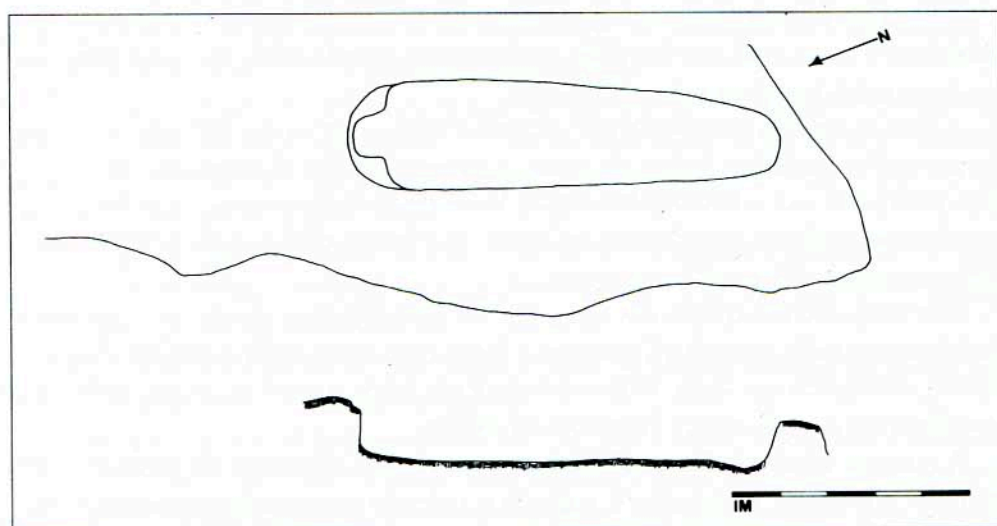


Fig. 2

⁴ I. I. P. Decreto n° 129/77 de 29-9.

⁵ CORTEZ, F. Russel – *A localização dos Meidobrigenses*. «Zephyrus». Salamanca. n° 4 (1953), p. 503-506.

⁶ SIÃO, José – o. c.